

Preocupação com 1987

Antônio Dias Leite

EM dezembro de 1985 foram cometidos, pelo Governo, dois equívocos que vieram a se revelar fatais: a redução da cobrança, na fonte, do imposto de renda das pessoas físicas, e a mudança do índice mensurador da inflação, que passou a basear-se nas despesas das famílias com renda até trinta salários mínimos, em lugar do teto tradicional de cinco salários mínimos. A primeira medida aumentou temporariamente, em 1986, o poder aquisitivo da classe média e, portanto, a respectiva demanda quando esta já havia sido impulsionada, em 1985, pelos aumentos de salário real. A segunda medida alargou desnecessariamente a gama de produtos e serviços sobre os quais se teria que manter vigilância quando lançado um plano antiinflacionário baseado no controle de preços, como viria a ocorrer dois meses depois.

Em fevereiro de 1986, ao decidir-se acertadamente pelo tratamento de choque, podia o Governo seguir, pelo menos, dois caminhos distintos. Um compreendia, entre outras medidas, o realinhamento imediato dos preços relativos, sobre o qual insisti até o ponto de exaustão dos leitores deste jornal. A alternativa, que foi adotada, baseou-se no congelamento dos preços na posição relativa na qual mais ou menos se encontravam nos meses anteriores à decisão, o que correspondeu a uma distribuição aleatória, sem qualquer lógica ou justiça, de lucros e prejuízos entre as empresas. Adotou-se também um programa que combatia apenas a auto-alimentação do processo inflacionário. Permaneciam assim livres outras causas inflacionárias entre as quais a desorganização pública, a ineficiência dos serviços, o desperdício de recursos com subsídios e o custo da dívida pública.

A opção de fevereiro foi, nitidamente, a de adotar medidas mais compreensíveis pela população em geral e capazes de produzir impacto psicológico favorável, além de transmitir à população uma perspectiva de baixíssima inflação. A manutenção intransigente dessa linha, especialmente pelo ministro da Fazenda, deu impressão, ao povo menos avisado, de que se havia descoberto um caminho para a justa e desejável melhoria do padrão de vida da população de menor renda sem sacrifícios nem para ela nem para qualquer outro segmento da população. A forte reação positiva da opinião pública e o inesperado surto consumista, que inibiu a indispensável poupança, surpreenderam o Governo.

Quem acompanhava a evolução e tinha conhecimentos para análise do problema econômico nacional, sabia da necessidade de correção e complementação das medidas de dezembro de 85 e de fevereiro de 86, e sentia a imprudência de se esperar até as eleições.

"... através dessas opções, buscou o Governo o

maior resultado imediato, inseparável das dificuldades futuras que exigirão medidas de reajuste. Isso nos leva a pensar nas decisões complementares e corretivas do plano antiinflacionário, que ainda terão que ser tomadas, e o risco político respectivo". (*O Plano Econômico e a Inflação Residual* — A.D.L. — maio de 1986, nesta coluna).

Pequenas correções vieram em julho. Em novembro veio o Cruzado II. A forte reação negativa da opinião pública tornou a surpreender o Governo.

Para as pessoas mais bem informadas, não poderia haver surpresa nem repulsa, em princípio, quanto à decisão de corrigir o plano inicial. Justificam-se, todavia, as discordâncias quanto à forma da correção. Para mim, por exemplo, foram inadequadas as medidas principais, além de insuficientes, já que mais uma vez manteve-se a disparidade dos preços relativos, o que desde logo cria a expectativa de novas e sucessivas correções. Foi também eticamente condenável a forma de correção do índice mensurador da inflação que havia, por sua vez, sido instituído de forma imprópria em dezembro de 1985. Agravou-se, finalmente, o tumulto na estrutura e na vida econômica do país.

Quanto ao grupo, infinitamente maior, das pessoas que nem têm a informação completa, nem os conhecimentos sobre a complexa estrutura econômica do país, é diversa a sua posição. Recebeu em cheio o impacto das medidas iniciais que lhes eram de imediato favoráveis e foi induzido a acreditar na sua continuidade: congelamento de preços, aumento do nível de emprego e de salários reais e, principalmente, a imprudente promessa da inflação zero. Abandona, agora, alguns desses objetivos, no bojo de um acachapante conjunto de decretos-leis e decretos, na sua maioria incompreensíveis para esses segmentos da população. Adveio a decepção.

Enquanto isso, na frente de combate externa, e ainda com a preocupação de sustentar imagem interna favorável até 15 de novembro, deixou o Governo de tomar a tempo medidas de contenção da crise cambial, que se evidenciara — agora se sabe — desde agosto. Perderam-se, em consequência, mais da metade das nossas reservas a duras penas acumuladas e, com isso, enfraqueceu-se a nossa condição de negociar no exterior.

O que se tem direito de esperar, no futuro próximo, é um penoso, paciente e dedicado — quem sabe menos hermético — trabalho, da equipe do Governo para reparar os danos causados à economia nacional e à sua própria credibilidade. Sabendo-se que o país dispõe da base física, da estrutura econômica e do espírito de iniciativa que podem assegurar a continuidade do desenvolvimento, se forem definidos objetivos precisos e exequíveis e se for recuperada a confiança em si próprio.